

# **Demonstrações Financeiras**

## **Concessionária do Aeroporto Internacional de Florianópolis S.A.**

31 de dezembro de 2018  
com Relatório do auditor independente  
sobre as demonstrações financeiras

# Concessionária do Aeroporto Internacional de Florianópolis S.A.

## Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

### Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras .....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balancos patrimoniais .....	6
Demonstrações do resultado .....	8
Demonstrações do resultado abrangente .....	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido .....	10
Demonstrações do fluxo de caixa .....	11
Demonstrações do valor adicionado .....	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras .....	13



**Building a better  
working world**

Edifício Califórnia Center  
Rua Dr. Amadeu da Luz, 100  
8º Andar - Conj. 801 - Centro  
89010-910 - Blumenau, SC, Brasil

Tel: (5547) 2111- 0700  
Fax: (5547) 2111- 0719  
ey.com.br

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos

Acionistas, Conselheiros e Administradores da

**Concessionária do Aeroporto Internacional de Florianópolis S.A.**

Florianópolis (SC)

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária do Aeroporto Internacional de Florianópolis S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária do Aeroporto Internacional de Florianópolis S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

### **Recuperabilidade dos ativos intangíveis**

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui registrado na rubrica de ativos intangíveis o direito de outorga e gastos com a construção da infraestrutura prevista no Contrato de Concessão para ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto Internacional de Florianópolis – Hercílio Luz, no montante de R\$ 332.065 mil, conforme divulgado na nota explicativa 10 das demonstrações financeiras. Na data base de 31 de dezembro de 2018, a Companhia realizou os testes de recuperabilidade dos saldos e concluiu que não havia a necessidade de reconhecer provisão para redução ao valor recuperável deste ativo.

A Companhia fundamenta a recuperabilidade dos ativos intangíveis através de projeções de resultados pelo prazo de vigência de contrato de concessão, descontados a valor presente. Estas projeções são elaboradas com base na revisão do plano de negócios e fundamentadas com base em premissas de geração de resultados futuros. Tais projeções envolvem incertezas e julgamento profissional que podem não se concretizar no futuro, podendo alterar o plano de realização.

Esse assunto foi considerado um principal assunto de auditoria devido a relevância dos montantes envolvidos e ao processo de avaliação da recuperabilidade desse ativo intangível ser complexo e envolver um alto grau de subjetividade relacionado as premissas e projeções de resultados futuros.

#### *Como nossa auditoria conduziu esse assunto*

Nossos procedimentos de auditoria consistiram, entre outros, no envolvimento de especialistas em avaliação de projeções para nos auxiliar na revisão das projeções de fluxos de caixa futuros preparadas pela Administração, incluindo a avaliação da metodologia e do modelo utilizados; na análise da consistência das principais premissas e dados utilizados em comparação às perspectivas de mercado; e a análise das divulgações realizadas na nota explicativa 10 das demonstrações financeiras. Ainda, foram efetuados testes específicos relacionados a consistência dos valores utilizados para as projeções futuras com os orçamentos atuais aprovados pela administração; realizada a comparação das projeções elaboradas pela Administração com as expectativas de mercado de setor equivalente ao que a Companhia atua; preparada análise de sensibilidade dos resultados da análise da administração em relação a análise independente elaborada pelos especialistas em avaliação da Companhia; e analisada a razoabilidade dos cálculo aritméticos envolvidos na elaboração das projeções.



Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a recuperabilidade do ativo intangível, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração na elaboração das projeções que suportam a análise de recuperação do ativo intangível, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 10, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## **Outros assuntos**

### *Demonstrações do valor adicionado*

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### *Demonstrações financeiras do exercício anterior*

As demonstrações financeiras da Concessionária do Aeroporto Internacional de Florianópolis S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 23 de fevereiro de 2018, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

## **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



## **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.



- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Blumenau, 04 de fevereiro de 2019.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6



Cleverson Luís Lescowicz  
Contador CRC-SC 027535/O-0

## Concessionária do Aeroporto Internacional de Florianópolis S.A.

Balancos patrimoniais  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

	<b>Nota</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalente de caixa	5	<b>175.245</b>	46.359
Contas a receber	6	<b>11.206</b>	-
Tributos a recuperar	7	<b>2.074</b>	556
Despesas antecipadas	8	<b>3.182</b>	2.909
Outros créditos		<b>432</b>	871
Total do ativo circulante		<b>192.139</b>	50.695
Ativo não circulante			
Tributos a recuperar	7	<b>15.308</b>	-
Tributos diferidos	22	<b>3.638</b>	2.359
Imobilizado	9	<b>539</b>	3.091
Intangível	10	<b>332.065</b>	151.129
Total do ativo não circulante		<b>351.550</b>	156.579
Total do ativo		<b>543.689</b>	207.274

	<b>Nota</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Passivo			
Passivo circulante			
Repasses e taxas aeroportuárias	11.b	<b>235</b>	-
Compromisso com poder concedente	11.c	<b>5.060</b>	-
Fornecedores	12	<b>9.886</b>	2.612
Empréstimos e financiamentos	13	<b>150.624</b>	-
Obrigações sociais e trabalhistas	14	<b>5.778</b>	1.911
Tributos a recolher	15	<b>2.864</b>	483
Outros passivos		<b>619</b>	3.890
Total do passivo circulante		<b>175.066</b>	8.896
Passivo não circulante			
Partes relacionadas	16	-	1.830
Outorga a pagar	11.a	<b>65.259</b>	55.045
Total do passivo não circulante		<b>65.259</b>	56.875
Patrimônio líquido	17		
Capital social		<b>304.289</b>	150.000
Prejuízos acumulados		<b>(925)</b>	(8.497)
Total do patrimônio líquido		<b>303.364</b>	141.503
Total do passivo e patrimônio líquido		<b>543.689</b>	207.274

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Concessionária do Aeroporto Internacional de Florianópolis S.A.

Demonstrações do resultado  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

	<b>Nota</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Receita operacional líquida	18	<b>239.469</b>	10.156
Custo dos serviços prestados	19	<b>(197.996)</b>	(10.156)
Lucro bruto		<b>41.473</b>	-
Despesas gerais e administrativas	19	<b>(27.544)</b>	(9.556)
Despesas comerciais	19	<b>(1.065)</b>	(233)
Outras receitas operacionais		<b>80</b>	-
Lucro (prejuízo) operacional		<b>12.944</b>	(9.789)
Receitas financeiras	20	<b>8.146</b>	2.628
Despesas financeiras	20	<b>(11.711)</b>	(3.695)
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro		<b>9.379</b>	(10.856)
Imposto de renda e contribuição social correntes	22	<b>(3.086)</b>	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	<b>1.279</b>	2.359
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		<b>7.572</b>	(8.497)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Concessionária do Aeroporto Internacional de Florianópolis S.A.

Demonstrações do resultado abrangente  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	7.572	(8.497)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>7.572</u>	<u>(8.497)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Concessionária do Aeroporto Internacional de Florianópolis S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

	Capital social		Prejuízos acumulados	Total
	Capital subscrito	Capital a integralizar		
Constituição da Companhia em 11 de maio de 2017	1	-	-	1
Capital subscrito em 14 de junho de 2017	29.999	-	-	29.999
Capital subscrito em 06 de julho de 2017	275.000	(155.000)	-	120.000
Prejuízo do exercício	-	-	(8.497)	(8.497)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	305.000	(155.000)	(8.497)	141.503
Capital subscrito em 05 de junho de 2018	-	<b>77.500</b>	-	<b>77.500</b>
Capital subscrito em 17 de dezembro de 2018	-	<b>76.789</b>	-	<b>76.789</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	<b>7.572</b>	<b>7.572</b>
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<b>305.000</b>	<b>(711)</b>	<b>(925)</b>	<b>303.364</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Concessionária do Aeroporto Internacional de Florianópolis S.A.

Demonstrações do fluxo de caixa  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	<b>9.379</b>	(10.856)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	<b>5.637</b>	88
Baixa de ativo imobilizado e intangível	<b>596</b>	-
Provisão para devedores duvidosos	<b>42</b>	-
Atualização monetária da outorga fixa	<b>6.644</b>	1.713
Ajuste a valor presente da outorga fixa	<b>3.570</b>	1.143
	<b>25.868</b>	(7.912)
(Aumento) / redução nos ativos		
Contas a receber	<b>(11.248)</b>	-
Tributos a recuperar	<b>(16.826)</b>	(556)
Despesas antecipadas	<b>(273)</b>	(2.909)
Outros ativos	<b>439</b>	(871)
Aumento / (redução) nos passivos		
Repasse e taxas aeroportuárias	<b>235</b>	-
Compromissos com poder concedente	<b>5.060</b>	-
Fornecedores	<b>7.274</b>	2.612
Obrigações sociais e trabalhistas	<b>3.867</b>	1.911
Tributos a recolher	<b>2.381</b>	483
Outros passivos	<b>(3.271)</b>	3.890
Partes relacionadas	<b>(1.830)</b>	1.830
Imposto de renda e contribuição social pagos	<b>(3.086)</b>	-
Fluxo de caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	<b>8.590</b>	(1.522)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adição de ativo imobilizado	<b>(567)</b>	(3.179)
Adição de ativo intangível	<b>(178.375)</b>	(98.940)
Fluxo de caixa consumido nas atividades de investimento	<b>(178.942)</b>	(102.119)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital social	<b>154.289</b>	150.000
Captação de empréstimos e financiamentos	<b>150.000</b>	-
Juros pagos de empréstimos a financiamentos	<b>(5.051)</b>	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<b>299.238</b>	150.000
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	<b>46.359</b>	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	<b>175.245</b>	46.359
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<b>128.886</b>	46.359

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Concessionária do Aeroporto Internacional de Florianópolis S.A.

Demonstrações do valor adicionado  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>1. Receitas</b>	<b>253.162</b>	10.156
Receita de serviços e cessão de espaço	101.192	-
Outras receitas	84	-
Receita relativa a construção de ativos próprios	151.928	10.156
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(42)	-
<b>2. Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(198.108)</b>	(10.156)
Custo dos serviços prestados	(41.854)	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(4.326)	-
Custo de Construção	(151.928)	(10.156)
<b>3. Valor adicionado bruto (1;2)</b>	<b>55.054</b>	-
<b>4. Depreciação/amortização</b>	<b>(5.637)</b>	(88)
<b>5. Valor adicionado líquido (3;4)</b>	<b>49.417</b>	(88)
<b>6. Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>8.146</b>	2.628
Receitas financeiras	8.146	2.628
<b>7. Valor adicionado para distribuição (5;6)</b>	<b>57.563</b>	2.540
<b>8. Distribuição do valor adicionado</b>	<b>57.563</b>	2.540
<b>Pessoal</b>	<b>21.036</b>	4.344
Remuneração direta	17.314	3.234
Benefícios	2.651	929
FGTS	1.071	181
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>16.065</b>	1.402
Federais	12.790	1.254
Municipais	3.275	148
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>12.890</b>	5.291
Despesas financeiras	1.497	840
Atualização da outorga	10.214	2.855
Outros	1.179	1.596
<b>Remuneração de capitais próprios</b>	<b>7.572</b>	(8.497)
Lucro líquido (prejuízo) do período	7.572	(8.497)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Concessionária do Aeroporto Internacional de Florianópolis S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### **1 Contexto operacional**

A Concessionária do Aeroporto Internacional de Florianópolis S.A. (“Concessionária”, “Floripa Airport” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima situada na Avenida Diomício de Freitas 3.393, no Bairro Carianos, na cidade de Florianópolis, estado de Santa Catarina. Tem como objeto a prestação de serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária do Aeroporto Internacional de Florianópolis – Hercílio Luz, conforme contrato de concessão estabelecido com a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, assinado em 28 de julho de 2017.

A concessão se dará no prazo de 30 anos, contados da data de eficácia, dia 31 de agosto de 2017, podendo ser prorrogada por mais 5 anos, uma única vez, para fins de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro. O contrato está dividido em fases:

- Fase 1-A: Transferência das operações do Aeroporto da Infraero para a Concessionária – esta fase foi concluída em 03 de janeiro de 2018, data em que a Concessionária assumiu integralmente a operação do aeroporto;
- Fase 1-B: Ampliação do Aeroporto pela Concessionária para adequação da infraestrutura e recomposição total do nível de serviço. A obra de construção do novo terminal está em andamento, com todas as entregas dentro do cronograma planejado e esta fase deve ser concluída até outubro de 2019. Com a inauguração do novo terminal a capacidade de passageiros será ampliada para aproximadamente 8 milhões por ano. O orçamento total da obra é de R\$ 550 milhões;
- Fase 2: Cumprir integralmente a obrigação de manter o nível de serviço estabelecido no PEA (Plano de Exploração Aeroportuário). Esta fase inicia-se ao final da Fase 1-B

Durante o período do contrato, a Concessionária tem por obrigação, dentre outras, manter em bom estado de funcionamento, conservação e segurança os bens necessários à prestação dos serviços que integram a concessão.

A Concessionária se obriga a pagar à União, mediante depósito ao Fundo Nacional de Aviação Civil – FNAC, a Contribuição Fixa, constituída pela Contribuição Fixa Inicial e pelas Contribuições Fixas Anuais, e a Contribuição Variável.

A contribuição fixa inicial, decorrente da oferta realizada no Leilão, corresponde a R\$ 83.333 (oitenta e três milhões, trezentos e trinta e três mil reais), a qual foi liquidada na data da assinatura do contrato.

## **Concessionária do Aeroporto Internacional de Florianópolis S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### **1 Contexto operacional--Continuação**

As contribuições fixas anuais totalizavam na data da assinatura do contrato em R\$ 158.206. O valor atualizado das Contribuições Fixas Anuais em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 65.259, estes montantes são atualizados pelo IPCA e trazidos a valor presente. A primeira contribuição fixa anual terá seu respectivo pagamento devido após 72 (setenta e dois) meses da Data de Eficácia do Contrato, sendo que as demais contribuições fixas anuais terão seus respectivos pagamentos devidos a cada 12 (doze) meses subsequentes.

A contribuição variável anual que corresponde ao montante anual em reais resultante da aplicação de alíquota de 5% (cinco por cento) sobre a totalidade da receita bruta da Concessionária e de suas eventuais subsidiárias integrais.

A concessão para exploração será extinta nos casos de: (a) término da vigência do contrato; (b) retomada da concessão pelo poder público durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento de indenização; (c) caducidade da concessão; (d) rescisão do contrato; (e) anulação do contrato; ou (f) falência ou extinção da Concessionária.

#### Reestruturação do endividamento da Companhia

Em 29 de janeiro de 2019, a Companhia obteve liberação de R\$ 246.550 oriundo do contrato de financiamento firmado junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES em 17 de dezembro de 2018. Este montante é relacionado a primeira parcela de liberação sendo que o contrato em questão envolve o montante total de R\$ 376.613.

A partir da data de liberação inicial dos recursos, a remuneração deste contrato envolve a taxa de juros de 5,58% ao ano, acrescida do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA. A liquidação desta obrigação será dividida em 268 (duzentas e sessenta e oito parcelas) mensais sucessivas, sendo o primeiro vencimento no dia 15 de julho de 2020.

Em decorrência da liberação desta nova linha de financiamento, a Companhia efetuou o resgate antecipado obrigatório total da Escritura da 1ª Emissão de Debêntures, em 30 de janeiro de 2019, que em 31 de dezembro de 2018 figuravam no passivo circulante da Companhia, no montante de R\$ 150.624.

Estes eventos estão em linha com as diretrizes estratégicas da Companhia, que compreendem o reperfilamento da dívida para o longo prazo em linha com o prazo do contrato de concessão, desta forma o endividamento da Companhia será readequacionado e passará a figurar no passivo não circulante a partir dos eventos mencionados acima.

## **Concessionária do Aeroporto Internacional de Florianópolis S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### **2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de certos ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e intangível e sua recuperabilidade nas operações, avaliação da recuperabilidade dos ativos de vida útil indefinida, avaliação de ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação das perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido aos critérios inerentes ao processo de estimativas. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria Executiva, em 04 de fevereiro de 2019.

### **3 Principais práticas contábeis**

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente em todo período apresentado nessas demonstrações financeiras.

#### **a) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

## **Concessionária do Aeroporto Internacional de Florianópolis S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### **3 Principais práticas contábeis--Continuação**

#### b) Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço.

Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado.

#### c) Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é inferior a 12 meses as contas a receber são classificadas no ativo circulante, e caso o prazo de recebimento seja superior a 12 meses então as contas a receber serão classificadas no ativo não circulante.

As contas a receber são reconhecidas pelo valor justo, que coincide com os valores faturados incluindo os respectivos impostos diretos, menos os impostos retidos na fonte.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é constituída com base na avaliação de clientes com pagamentos em atraso e em montante considerado suficiente pela Administração para suprir eventuais perdas na realização desses créditos.

#### d) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

## Concessionária do Aeroporto Internacional de Florianópolis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 3 Principais práticas contábeis--Continuação

#### d) Imobilizado--Continuação

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças, substituídos, é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Máquinas e equipamentos	10
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10
Equipamentos de informática	5
Móveis, utensílios e equipamentos	10

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas e receitas operacionais" na demonstração do resultado.

#### e) Intangível

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- *Direito de concessão*

A concessão obtida pela Companhia junto ao poder concedente se enquadra como um contrato de exploração. Dessa forma, o direito de outorga da concessão foi registrado a valor presente, usando uma taxa de desconto estimada por juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno da concessão. A amortização desse direito é calculada com base na curva de passageiros esperada ao longo do contrato de concessão do aeroporto.

- *Intangível em andamento – construção do novo terminal*

Estão classificados no ativo intangível em andamento todo investimento para a construção do novo terminal, incluindo edificações, licenças de construção, e capitalização dos juros sobre debêntures.

## Concessionária do Aeroporto Internacional de Florianópolis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 3 Principais práticas contábeis--Continuação

#### e) Intangível--Continuação

- *Softwares*

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares. Os custos associados à manutenção dos softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorrido.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Não há, na data do balanço, ativos intangíveis gerados internamente ou adquirido em uma combinação de negócios.

Os ativos relacionados à concessão pública são reconhecidos quando o operador receber o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado. Nesta circunstância, a receita da Companhia está condicionada ao uso do ativo e a Companhia é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento. A Companhia não tem o direito contratual de receber caixa se houver falta de uso do ativo (Aeroporto) pelos usuários.

As construções efetuadas durante a concessão serão entregues ao Poder Concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço público a ser prestado, e a receita será subsequentemente gerada pelo serviço prestado aos usuários.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado do exercício no momento da baixa do ativo.

De acordo com o OCPC 05 - item 42, o ativo intangível deve ser amortizado dentro do prazo da concessão. O cálculo indicado é pela vida útil e curva de demanda, com base em uma estimativa da curva de amortização que ofereça razoável confiabilidade.

O critério definido para amortização dos ativos intangíveis da concessão do Aeroporto é com base na curva de movimentação de passageiros (workload unit - WLU) projetadas até o final do prazo de concessão.

## Concessionária do Aeroporto Internacional de Florianópolis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 3 Principais práticas contábeis--Continuação

#### e) Intangível--Continuação

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis que fluirão para a Companhia e os valores forem mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado do exercício quando incorridos.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado do exercício no momento da baixa do ativo.

#### Contratos de concessão - direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01)

Para a aplicação do ICPC 01, dois aspectos foram considerados para o enquadramento do contrato de concessão à norma:

- (a) O Poder Concedente controla ou regulamenta quais serviços a Companhia deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço; e
- (b) O Poder Concedente controla - por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma - qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo da concessão.

A Companhia entende que os dois requisitos foram atendidos para a aplicação do ICPC 01.

A infraestrutura dentro do alcance do ICPC 01 não é registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere à Companhia o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. A Companhia tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta interpretação, a Companhia atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

## **Concessionária do Aeroporto Internacional de Florianópolis S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### **3 Principais práticas contábeis--Continuação**

#### e) Intangível--Continuação

##### Contratos de concessão - direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01)--Continuação

Se a Companhia presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pela Companhia é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. A Companhia reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. A Companhia reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente pelos serviços de construção.

Os contratos de concessão da Companhia que estão no escopo do ICPC 01 não preveem pagamentos pelos serviços de construção por parte do Poder Concedente, portanto, a totalidade dos ativos de concessão está registrada como ativo intangível representado pelo direito de cobrar os usuários do aeroporto.

##### Serviços de construção que representam potencial de geração de receita adicional

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria e do novo terminal em troca do direito de cobrar os usuários do aeroporto pela utilização da infraestrutura. Por se tratar de serviços de construção/melhorias que representam potencial de geração de receita adicional, com a recuperação do investimento efetuado por meio dessa geração adicional de receita, conforme OCPC 05, estes possuem caráter de execução, e o reconhecimento das obrigações (de construir) e do direito (de explorar) é feito à medida que os serviços de construção são prestados.

##### Reconhecimento de receita de construção

Quando a Companhia presta serviços de construção, esta deve reconhecer a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos relativos ao serviço de construção prestado. A Companhia também avaliou que não está previsto contratualmente qualquer remuneração por parte do poder concedente com relação aos serviços prestados de construção.

Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção. A Administração da Companhia entende que as receitas de construção estão registradas ao valor justo.

## Concessionária do Aeroporto Internacional de Florianópolis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 3 Principais práticas contábeis--Continuação

#### e) Intangível--Continuação

##### Reconhecimento de receita de construção--Continuação

A Companhia inicialmente registra em seu intangível o total dos valores referentes ao direito de explorar a atividade do aeroporto (outorga) em contrapartida do passivo de longo prazo, e mantém no curto a parcela que deverá ser desembolsada, quando aplicável. O registro mencionado foi realizado com a aplicação do ajuste a valor presente no valor da dívida.

A Companhia ao longo de todo período da concessão deverá considerar os valores e efeitos da recomposição do ajuste a valor presente da outorga e o reajuste pelo IPCA-IBGE previsto em contrato de concessão, como acréscimos provenientes da dívida assumida para ter direito de explorar a infraestrutura aeroportuária e registrar contabilmente esses acréscimos em contrapartida de ativo intangível e do resultado.

#### f) Obrigações da concessão

Em contraprestação pela concessão da exploração do Aeroporto, a Companhia pagará ao Poder Concedente contribuição fixa anual, reajustada anualmente pelo IPCA, referente à outorga decorrente da oferta realizada no Leilão objeto da presente concessão. Além da contribuição fixa, compreende também uma contribuição variável correspondente a 5% sobre a totalidade da receita bruta anual da Companhia conforme descrito na Nota 11.

#### g) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

Em 2017, no reconhecimento inicial, a Companhia registrou o ajuste a valor presente sobre o valor da outorga a pagar, referente à concessão do Aeroporto Internacional de Florianópolis. Como premissa para o cálculo do ajuste a valor presente, a Companhia utilizou como taxa de desconto a taxa média de captação de recursos estimados, de 6,6% ao ano. Anualmente a Companhia revisa a taxa de desconto para ajustar de forma adequada o valor da outorga.

## Concessionária do Aeroporto Internacional de Florianópolis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 3 Principais práticas contábeis--Continuação

#### h) Instrumentos financeiros

##### (i) *Ativos financeiros*

##### Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento e ativos financeiros mantidos para venda conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Todos os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescido, no caso de investimentos não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, impostos a recuperar e outros recebíveis. A Companhia classifica seus instrumentos financeiros na categoria empréstimos e recebíveis. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não há instrumentos financeiros derivativos.

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, as aplicações financeiras normalmente se qualificam como equivalente de caixa quando tem vencimento de três meses ou menos, a contar da data da contratação e as características quanto ao risco e remuneração são similares.

A Companhia mantém aplicações financeiras em renda fixa compromissadas de liquidez imediata.

Contas a receber de clientes está apresentado ao valor justo e depois ao valor de custo nas perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa. Com base na avaliação da Administração da Companhia, em 31 de dezembro de 2018, foi necessária constituição de provisão para créditos com liquidação duvidosa.

## Concessionária do Aeroporto Internacional de Florianópolis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 3 Principais práticas contábeis--Continuação

#### h) Instrumentos financeiros--Continuação

##### (i) *Ativos financeiros*--Continuação

###### Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

###### Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos e determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável

###### Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente (ou seja, excluído do resultado do exercício) quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
  - A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e
- (a) A Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo;
- (b) A Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo.

## Concessionária do Aeroporto Internacional de Florianópolis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 3 Principais práticas contábeis--Continuação

#### h) Instrumentos financeiros--Continuação

##### (i) *Ativos financeiros*--Continuação

###### Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro da Companhia, de ativos financeiros que possam ser razoavelmente estimados.

Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que elas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com defaults.

##### (ii) *Passivos financeiros*

###### Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo com contrapartida no resultado, e ou empréstimos e financiamentos conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado, quando aplicável.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os passivos financeiros da Companhia correspondem a fornecedores, outorga a pagar, outras obrigações, impostos a pagar e empréstimos e financiamentos. Não há na data dos balanços instrumentos financeiros derivativos.

## Concessionária do Aeroporto Internacional de Florianópolis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 3 Principais práticas contábeis--Continuação

#### h) Instrumentos financeiros--Continuação

##### (ii) *Passivos financeiros*--Continuação

###### Mensuração subsequente

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

###### Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

#### i) Reconhecimento de receita

As receitas são apuradas de acordo com o regime de competência. Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Concessionária e quando a mesma puder ser mensurada de forma confiável. As receitas da Companhia são oriundas de:

##### (i) *Receitas tarifárias*

A Companhia obtém receitas através da cobrança de tarifas aos usuários da infraestrutura aeroportuária. Os limites máximos de cada tarifa são estabelecidos pelo poder concedente através do Anexo 4 do contrato de concessão e são atualizadas anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

A concessionária poderá, por meio de diferenciação das tarifas cobradas, praticar gerenciamento tarifário como forma de precificar os serviços prestados de maneira mais eficiente e otimizar a utilização da infraestrutura aeroportuária.

Destacam-se as seguintes receitas tarifárias:

## Concessionária do Aeroporto Internacional de Florianópolis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 3 Principais práticas contábeis--Continuação

i) Reconhecimento de receita--Continuação

(i) *Receitas tarifárias--Continuação*

(a) Tarifa de embarque e conexão

São os valores cobrados referentes aos serviços prestados, instalações e facilidades disponibilizadas para os passageiros e companhias aéreas.

(b) Tarifa de pouso

É o valor cobrado referente aos serviços, equipamentos, instalações, e facilidades disponíveis para as operações de pouso, rolagem e estacionamento da aeronave até três horas após o pouso.

(c) Tarifa de permanência

É o valor cobrado pela prestação de serviços, equipamentos, instalações e facilidades disponíveis para as operações de permanência no pátio de manobras e na área de estadia a partir de três horas do pouso.

(d) Tarifa de Armazenagem e Capatazia

É o valor cobrado referente aos serviços prestados de movimentação e manuseio das mercadorias nos armazéns de carga aérea do aeroporto.

(ii) *Receitas não tarifárias*

A Companhia também obtém receitas explorando atividades no aeroporto como cessão de espaços que lhe foram concedidos, estacionamentos e outros serviços prestados às empresas e instituições que estão no sítio aeroportuário. O preço estipulado nos contratos relativos a receita não tarifária não são regidas por nenhuma regra estabelecida pelo poder concedente e são negociadas livremente entre as empresas interessadas.

## Concessionária do Aeroporto Internacional de Florianópolis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 3 Principais práticas contábeis--Continuação

#### i) Reconhecimento de receita--Continuação

##### (iii) *Receita de construção*

Pelos termos do contrato de concessão, a Companhia deve construir e/ou ampliar a infraestrutura do Aeroporto, e conforme requerido pelo OCPC 05 – Contratos de concessão, as receitas relativas à construção de ativos que proporcione incrementos futuros de receitas devem ser registradas pela Companhia em suas Demonstrações Financeiras como contrapartida do ativo intangível.

Os custos devem ser registrados e reconhecidos em contrapartida do passivo como fornecedores de bens ou serviços. A Administração da Companhia, através de estudo realizado não identificou margem de lucro nesta operação.

##### (iv) *Receita de juros*

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

#### j) Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment)

##### (i) *Ativos financeiros (incluindo recebíveis)*

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

## Concessionária do Aeroporto Internacional de Florianópolis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 3 Principais práticas contábeis--Continuação

#### j) Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment)--Continuação

##### (i) *Ativos financeiros (incluindo recebíveis)*--Continuação

Todos os empréstimos e recebíveis significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

##### (ii) *Ativos não financeiros*

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, é estimado o fluxo de caixa operacional futuro da unidade geradora de caixa. Essa estimativa considera uma curva de demanda futura, revisada com frequência pela Administração, que tem sua capacidade operacional estabilizada quando a demanda atinge o limite máximo de atendimento. Portanto, não são considerados incrementos adicionais na infraestrutura e não há mais crescimento real do faturamento a partir deste momento. Da curva de demanda derivam-se as receitas futuras, das quais são descontados os devidos impostos e custos operacionais e administrativos. Após, considera-se o pagamento de impostos sobre a renda e os ajustes necessários de variação de capital de giro. Por fim, estima-se um fluxo de reinvestimento, destinado apenas à manutenção do ativo atual.

## Concessionária do Aeroporto Internacional de Florianópolis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 3 Principais práticas contábeis--Continuação

j) Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment)--Continuação

(ii) *Ativos não financeiros*--Continuação

Esse fluxo de caixa operacional é, então, descontado a valor presente, utilizando uma taxa de desconto que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a unidade geradora de caixa, para enfim se obter o valor em uso. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou quando não há contrato de venda firme, com base no preço de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Na data do balanço não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos.

k) Contas a pagar de fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

l) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

## Concessionária do Aeroporto Internacional de Florianópolis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 3 Principais práticas contábeis--Continuação

#### m) Provisões

##### *Geral*

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos impostos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento

##### *Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas*

A Companhia é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que as provisões estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

#### n) Demonstrações do fluxo de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (“DFC”) foi preparada conforme o IAS 7/CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando-se o método indireto.

#### o) Demonstrações do valor adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”) é apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira e foi preparada seguindo o CPC09 – Demonstração do Valor Adicionado. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o exercício, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes (stakeholders).

## Concessionária do Aeroporto Internacional de Florianópolis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Principais práticas contábeis--Continuação

#### p) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

As despesas com os impostos compreendem as parcelas correntes e diferidas. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à: combinação de negócios, diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e também com relação aos prejuízos fiscais. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, ação baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

#### q) Impostos sobre serviços prestados

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços prestados, exceto:

- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre serviços prestados;
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a recolher, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas:

- Programa de Integração Social (PIS): 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS): 7,6%;
- Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza (ISS): 5%

Nas demonstrações de resultado as receitas são demonstradas pelos valores líquidos dos correspondentes impostos.

## Concessionária do Aeroporto Internacional de Florianópolis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Principais práticas contábeis--Continuação

#### r) Pronunciamentos novos ou revisados pela primeira vez em 2018

A Companhia aplicou pela primeira vez determinadas alterações às normas, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após esta data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas mas ainda não vigentes.

A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

##### *CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente*

O CPC 47, equivalente à norma internacional IFRS 15, substitui o CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (equivalente à norma internacional IAS 11), CPC 30 - Receitas (equivalente à norma internacional IAS 18) e interpretações relacionadas e se aplica, com exceções limitadas, a todas as receitas decorrentes de contrato com cliente. O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilizar a receita proveniente de contrato com cliente e exige que a receita seja reconhecida em um valor que reflita a contraprestação que a entidade espera receber em troca da transferência de bens ou serviços para um cliente.

O CPC 47 exige que as entidades exerçam julgamento, levando em consideração todos os fatos e circunstâncias relevantes ao aplicar cada etapa do modelo a contratos com seus clientes. A norma também especifica a contabilização dos custos incrementais de obtenção de um contrato e os custos diretamente relacionados ao cumprimento de um contrato. Além disso, a norma exige divulgações mais detalhadas.

A Companhia adotou o CPC 47 utilizando o método de adoção prospectivo devido ao fato da Concessionária iniciar suas operações somente em 3 de janeiro de 2018 e não haver efeitos comparativos, devido a este fato. Embora o ambiente de controles internos da Companhia tenha sido adaptado para atender todas as particularidades exigidas a esta nova norma, os impactos relacionados à aplicação deste novo pronunciamento contábil não trouxeram reflexos relevantes para as informações contidas nas demonstrações financeiras.

##### *CPC 48 – Instrumentos financeiros*

O CPC 48 - Instrumentos financeiros, equivalente à norma internacional IFRS 9, substitui o CPC 38 (equivalente à norma internacional IAS 39) para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018, reunindo todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração; redução ao valor recuperável; e contabilidade de hedge.

## Concessionária do Aeroporto Internacional de Florianópolis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Principais práticas contábeis--Continuação

r) Pronunciamentos novos ou revisados pela primeira vez em 2018--Continuação

*CPC 48 – Instrumentos financeiros--Continuação*

A Administração da Companhia efetuou análise dos impactos deste novo pronunciamento contábil, ajustou os controles internos para atender a todos os aspectos relacionados a esta nova norma, contudo os impactos mensurados não produzem efeitos relevantes para as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

s) Pronunciamentos novos emitidos ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

*CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil*

O CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, emitido pelo CPC é equivalente à norma internacional IFRS 16 – Leases, emitida em janeiro de 2016 em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1), equivalente à norma internacional IAS 17). O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos).

Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso.

## Concessionária do Aeroporto Internacional de Florianópolis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Principais práticas contábeis--Continuação

#### s) Pronunciamentos novos emitidos ainda não vigentes--Continuação

##### *CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil--Continuação*

Não há alteração substancial na contabilização dos arrendadores com base no CPC 06 (R2) em relação à contabilização atual de acordo com o CPC 06 (R1). Os arrendadores continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação do CPC 06 (R1), distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros. O CPC 06 (R2), que vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas no CPC 06 (R1).

##### *Transição para o CPC 06 (R2)*

A Companhia planeja adotar o CPC 06 (R2) prospectivamente para cada período de divulgação anterior apresentado. A Companhia optará por adotar a norma para contratos que foram anteriormente identificados como arrendamentos que utilizam o CPC 06 (R1) e o ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. Portanto, a Companhia não aplicará a norma a contratos que não tenham sido previamente identificados como contratos que contenham um arrendamento nos termos do CPC 06 (R1) e o ICPC 03.

A Companhia optará por utilizar as isenções propostas pela norma para contratos de arrendamento cujo prazo se encerre em 12 meses a partir da data da adoção inicial, e contratos de arrendamento cujo ativo objeto seja de baixo valor. A Companhia possui arrendamentos de determinados equipamentos de escritório (como computadores pessoais, impressoras e copiadoras) que são considerados de baixo valor.

Durante o exercício de 2018, a Companhia efetuou uma avaliação detalhada do impacto do CPC 06 (R2). Em suma, com base na análise efetuada pela administração da Companhia, não espera-se que o impacto da adoção do CPC 06 (R2) seja relevante para as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### t) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes.

## Concessionária do Aeroporto Internacional de Florianópolis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Principais práticas contábeis--Continuação

#### t) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir:

##### *Amortização do ativo intangível*

Conforme citado no item e), na amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com as curvas de benefícios econômicos esperados ao longo dos prazos de concessão do aeroporto, tendo sido adotadas as curvas estimadas de movimentações de passageiros (workload unit - WLU) como base para a amortização. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir os crescimentos projetados da WLU. A Companhia utiliza modelos econométricos para projeção dessa curva que são periodicamente reavaliados pela Administração.

##### *Impostos*

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia pode constituir provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

O imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais e bases negativas não utilizados e diferenças temporárias, na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias futuras de planejamento fiscal.

## Concessionária do Aeroporto Internacional de Florianópolis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Principais práticas contábeis--Continuação

#### t) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

##### *Valor justo de instrumentos financeiros*

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

##### *Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas*

A Companhia é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja realizada para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

##### *Provisão para perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros*

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

## **Concessionária do Aeroporto Internacional de Florianópolis S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### **3. Principais práticas contábeis--Continuação**

#### t) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

##### *Provisão para perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros*

Na estimativa do valor em uso do ativo, é estimado o fluxo de caixa operacional futuro da unidade geradora de caixa. Essa estimativa considera uma curva de demanda futura, revisada com frequência pela Administração, que tem sua capacidade operacional estabilizada quando a demanda atinge o limite máximo de atendimento. Portanto, não são considerados incrementos adicionais na infraestrutura e não há mais crescimento real do faturamento a partir deste momento. Da curva de demanda derivam-se as receitas futuras, das quais são descontados os devidos impostos e custos operacionais e administrativos. Após, considera-se o pagamento de impostos sobre a renda e os ajustes necessários de variação de capital de giro. Por fim, estima-se um fluxo de reinvestimento, destinado apenas à manutenção do ativo atual.

Esse fluxo de caixa operacional é, então, descontado a valor presente, utilizando uma taxa de desconto que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa, para enfim se obter o valor em uso. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou quando não há contrato de venda firme, com base no preço de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Na data do balanço não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos.

### **4. Gestão de risco financeiro**

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 48, a Companhia efetuou a avaliação de seus instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros constantes nas contas de ativo e passivo encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017. Correspondem, substancialmente, ao seu valor de mercado.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2018 são:

## Concessionária do Aeroporto Internacional de Florianópolis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 4. Gestão de risco financeiro--Continuação

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa e equivalentes de caixa	175.245	46.359
Contas a receber de clientes	11.206	-
Fornecedores	9.886	2.612
Empréstimos e financiamentos	150.624	-
Partes relacionadas	-	1.830
Compromisso com poder concedente	5.060	-
Outorga a pagar	65.259	55.045

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

(i) Risco de crédito

Ocorre pela possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou nos depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

(ii) Risco de gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Até o momento a Companhia não realizou nenhuma distribuição de dividendos.

(iii) Risco de liquidez

Representa o risco de a Companhia não vir a dispor de recursos financeiros líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para a gestão da liquidez de caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitorados periodicamente pelo departamento Financeiro. O excesso de caixa disponível pela Companhia é investido em aplicações financeiras.

## Concessionária do Aeroporto Internacional de Florianópolis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 4. Gestão de risco financeiro--Continuação

(iv) Risco de mercado

*Risco de taxas de juros e inflação:* decorrente da parcela da dívida referenciada ao IPCA/IBGE relativo a concessão a pagar, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável na inflação.

*Risco de taxas de câmbio:* possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros de captação bem como pela exposição a oscilações de câmbio que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos obtidos junto a instituições financeiras ou partes relacionadas.

(v) Risco regulatório

As tarifas aeroportuárias utilizadas pela Concessionária são reguladas pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) com o intuito de manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de Concessão.

### 5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa e bancos	1.572	102
Aplicações financeiras	173.673	46.257
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>175.245</u>	<u>46.359</u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As aplicações financeiras são representadas por Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e são remuneradas com base na variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) entre 99,2% a 99,5%. Estas aplicações são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, sujeita a um insignificante risco de perda de valor, sendo desta forma considerada como equivalentes de caixa.

## Concessionária do Aeroporto Internacional de Florianópolis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 6. Contas a receber

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Contas a receber		
Tarifária	7.879	-
Não tarifária	3.369	-
Provisão para devedores duvidosos	(42)	-
Total de contas a receber	<u>11.206</u>	-

#### Contas a receber líquidas por vencimento:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
A vencer	9.702	-
Vencidos:		
Até 30 dias	847	-
De 30 à 60 dias	590	-
De 60 à 90 dias	23	-
De 90 à 180 dias	44	-
Acima de 180 dias	42	-
Total	<u>11.248</u>	-

O início das atividades operacionais da empresa foi em 03 de janeiro de 2018, motivo pelo qual não existiam valores em aberto na carteira de contas a receber de 31 de dezembro de 2017.

Durante o mês de dezembro de 2018 a administração da concessionária tomou conhecimento que um dos clientes da aviação geral entrou com pedido de recuperação judicial. Até 31 de dezembro de 2018 o total de contas a receber do cliente Oceanair Linhas Aéreas era de R\$ 1.589, sendo que R\$ 1.092 encontram-se vencidos em 31 de dezembro de 2018. A administração da Companhia, em conjunto com seus assessores jurídicos, entende que no presente momento o pedido de recuperação judicial é muito recente e portanto não foram esgotados os recursos e esforços de negociação para cobrança deste montante por este motivo o valor não contempla a provisão para devedores duvidosos.

#### Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

<u>Descrição</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Saldo no início do exercício	-	-
Adições	(42)	-
Reversões	-	-
Saldo no final do exercício	<u>(42)</u>	-

## Concessionária do Aeroporto Internacional de Florianópolis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 7. Tributos a recuperar

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Tributos a recuperar		
PIS e COFINS a recuperar	15.724	-
IRPJ e CSLL a recuperar	636	-
IRRF a recuperar	666	555
ISS a recuperar	339	-
Outros tributos a recuperar	17	1
Total de tributos a recuperar	<u>17.382</u>	<u>556</u>
Circulante	2.074	556
Não circulante	15.308	-

### 8. Despesas antecipadas

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Despesas antecipadas		
Seguros a apropriar	1.777	2.909
Despesas captações de recursos financeiros	961	-
Garantia de equipamentos	215	-
Demais despesas pagas antecipadamente	229	-
Total despesas antecipadas	<u>3.182</u>	<u>2.909</u>

As despesas de captação de recursos financeiros são relacionadas a gastos com consultores, taxas e comissões relacionada a captação de recursos junto a instituições financeiras. O valor de R\$ 961 em 31 de dezembro de 2018 é relacionado ao contrato junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES firmado em 17 de dezembro de 2018. Até 31 de dezembro de 2018 não foram realizadas liberações de recursos, quando ocorridas este saldo reduzirá a obrigação e será levado ao resultado conforme a amortização do financiamento, em linha com o disposto no CPC 20 (R1) – Custos de empréstimos.

## Concessionária do Aeroporto Internacional de Florianópolis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 9. Imobilizado

#### Composição

	2017			
	Taxa média anual de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Máquinas e equipamentos	10	18	-	18
Móveis e utensílios	10	78	(1)	77
Edificações, obras civis e benfeitorias	4	616	(5)	611
Equipamentos de informática	20	2.430	(81)	2.349
Outros	10	37	(1)	36
		<u>3.179</u>	<u>(88)</u>	<u>3.091</u>

	2018			
	Taxa média anual de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido
Máquinas e equipamentos	10	12	(1)	11
Móveis e utensílios	10	284	(24)	260
Equipamentos de informática	20	340	(72)	268
		<u>636</u>	<u>(97)</u>	<u>539</u>

#### Movimentação do ativo imobilizado

	2017					
	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Edificações, obras civis e benfeitorias	Equipamentos de informática	Outros	Total
Saldo em 11 de maio de 2017	-	-	-	-	-	-
Adições	18	78	616	2.430	37	3.179
Depreciação	-	(1)	(5)	(81)	(1)	(88)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>18</u>	<u>77</u>	<u>611</u>	<u>2.349</u>	<u>36</u>	<u>3.091</u>

	2018					
	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Edificações, obras civis e benfeitorias	Equipamentos de informática	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	18	77	611	2.349	36	3.091
Adições	10	284	-	273	-	567
Baixas	-	(3)	-	(57)	(6)	(66)
Depreciação	(1)	(24)	-	(72)	-	(97)
Transferências ao ativo intangível	(16)	(74)	(611)	(2.225)	(30)	(2.956)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>11</u>	<u>260</u>	<u>-</u>	<u>268</u>	<u>-</u>	<u>539</u>

## Concessionária do Aeroporto Internacional de Florianópolis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 10. Intangível

#### Composição

	2017			
	Taxa média anual de depreciação	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Direito de outorga	(*)	136.625	-	136.625
Softwares de uso	20%	4.065	-	4.065
Marcas e patentes		186	-	186
Intangível em andamento		10.156	-	10.156
Adiantamento a fornecedores		97	-	97
		<b>151.129</b>	<b>-</b>	<b>151.129</b>

	2018			
	Taxa média anual de depreciação	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Direito de outorga	(*)	136.625	(1.965)	134.660
Softwares de uso	(**)	7.170	(1.773)	5.397
Marcas e patentes		193	-	193
Intangível em serviço		7.910	(1.802)	6.108
Intangível em andamento		168.485	-	168.485
Adiantamento a fornecedores		17.222	-	17.222
		<b>337.605</b>	<b>(5.540)</b>	<b>332.065</b>

(\*) Amortização pela curva de demanda.

(\*\*) Vigência do contrato de software

#### Movimentação do ativo intangível

	2018						
	Direito de outorga	Softwares de uso	Marcas e patentes	Intangível em serviço	Intangível em andamento	Adiantamento a fornecedores	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	136.625	4.065	186	-	10.156	97	151.129
Adições	-	5.645	7	5.589	155.684	17.125	184.050
Baixas	-	(494)	-	(36)	-	-	(530)
Amortização	(1.965)	(1.773)	-	(1.802)	-	-	(5.540)
Transferências	-	(2.046)	-	2.357	2.645	-	2.956
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<b>134.660</b>	<b>5.397</b>	<b>193</b>	<b>6.108</b>	<b>168.485</b>	<b>17.222</b>	<b>332.065</b>

## Concessionária do Aeroporto Internacional de Florianópolis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 10. Intangível--Continuação

#### Movimentação do ativo intangível--Continuação

	2017						Total
	Direito de outorga	Softwares de uso	Marcas e patentes	Intangível em serviço	Intangível em andamento	Adiantamento a fornecedores	
Saldo em 11 de maio de 2017	-	-	-	-	-	-	-
Adições	136.625	4.065	186	-	10.156	97	151.129
Amortização	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	136.625	4.065	186	-	10.156	97	151.129

A Companhia encontra-se nos investimentos intermediários da fase 1-B do contrato de concessão, destinada a construção do novo terminal com capacidade de 8 milhões de passageiros ao ano. As obras de ampliação do aeroporto contam com o investimento dos acionistas e emissão de escritura de debêntures que serão substituídas por financiamento contratado junto ao BNDES.

O intangível em andamento apresenta os investimentos realizados para a construção do novo terminal, que se encontra em fase intermediária e tem previsão de investimento de R\$ 550 milhões, com prazo de conclusão para outubro de 2019.

As obras do terminal na modalidade PMG – Preço Máximo Garantido estão em fase intermediárias de construção (47,9%), o montante relativo a esse percentual ativado iniciará sua amortização assim que o novo terminal estiver em operação. A conclusão da obra está prevista para outubro de 2019. A Companhia registrou em seu ativo intangível a outorga decorrente da oferta no leilão para concessão do direito de explorar a atividade aeroportuária pelo valor original de R\$246.931, deduzido o registro do ajuste a valor presente da dívida de R\$ 110.306.

Está previsto que o ajuste a valor presente será recomposto mensalmente e que a dívida da outorga será reajustada pela taxa média estimada de captação de recursos da Companhia (6,60%) da mesma forma, sendo assim, a Administração optou que, ao efetuar a recomposição do ajuste a valor presente e ao atualizar a dívida através dessa taxa, esses valores sejam registrados integralmente no resultado.

## Concessionária do Aeroporto Internacional de Florianópolis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 10. Intangível--Continuação

#### Teste do valor recuperável

Com base no CPC 01, a Companhia realizou teste do valor recuperável de seu ativo intangível em 31 de dezembro de 2018. Para tanto, comparou-se o valor contábil do ativo intangível, composto pelas capitalizações efetuadas ao longo do tempo até a data indicada (carrying amount), com o valor presente dos fluxos de caixa operacionais das unidades geradoras de caixa disponíveis na infraestrutura atual do Aeroporto Internacional de Florianópolis. O teste é elaborado com o objetivo de analisar eventuais perdas por redução do valor recuperável do ativo intangível. Não obstante, em 31 de dezembro de 2018, o saldo contábil das capitalizações no ativo intangível era inferior ao valor presente das unidades geradoras de caixa, o que indica que não há perda do valor recuperável ao longo do prazo da Concessão, dispensando a necessidade de qualquer ajuste.

A seguir se indica como procedeu-se com o teste, apresentando as premissas utilizadas a fim de obter a conclusão descrita no parágrafo acima.

#### *Saldo do ativo intangível (Carrying Amount)*

O saldo do ativo intangível utilizado está descrito e detalhado nesta nota. Resumidamente, o valor considerado para o teste de recuperabilidade advém das capitalizações, líquidas de amortização, realizadas pela Companhia até 31 de dezembro de 2018. A maior parte do valor capitalizado diz respeito ao valor presente da Outorga Fixa, que atesta o direito da Companhia em explorar a Concessão, e dos valores de investimentos (CAPEX), dispendidos pela Companhia a fim de construir a infraestrutura necessária para o desenvolvimento de seu plano de negócios.

A seguir, elucida-se a metodologia para cálculo do fluxo de atividades operacionais:

#### *Projeção do fluxo de caixa operacional*

##### Receitas

Para estimar o fluxo de receitas entre janeiro de 2019 e agosto de 2047, último período da Concessão, adotou-se melhores práticas para projeção de receitas da unidade geradora de caixa da Companhia, divididas em receitas tarifárias e receitas não tarifárias. Inicialmente considerou-se a atual infraestrutura do Aeroporto Internacional de Florianópolis e para as projeções a partir de outubro de 2019 foi considerada a estrutura do novo terminal.

## **Concessionária do Aeroporto Internacional de Florianópolis S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### **10. Intangível--Continuação**

#### Teste do valor recuperável--Continuação

##### *Projeção do fluxo de caixa operacional--Continuação*

##### Receitas--Continuação

Desse modo, a projeção de demanda de passageiros e aeronaves, constantes da unidade Terminal de Passageiros, se estabiliza assim que se alcança a capacidade operacional máxima do novo terminal e sistema de pistas. As receitas auferidas nesta unidade provêm das tarifas reguladas conforme estabelecido do Contrato de Concessão.

Já no caso de negócios comerciais, parte dos recebíveis se originam da cessão de áreas do terminal de passageiros para exploração comercial: varejo, lojas francas, espaços de alimentação e bebidas, publicidade, estacionamento etc. Para estimar a arrecadação proveniente desse segmento, utilizou-se as premissas contratuais atuais, que crescem de acordo com o crescimento da demanda. Portanto, de acordo com esse potencial de internalização dos negócios faseou-se a exploração imobiliária em etapas, respeitando o processo de liberação das áreas ao longo do tempo e as características geográficas e estratégicas de cada área.

Para todos os negócios imobiliários considerou-se apenas a cessão simples de área para os empreendimentos, sem aventar a possibilidade da Companhia participar conjuntamente com os investimentos necessários e, portanto, podendo compartilhar os recebíveis de cada empreendimento.

##### Custos e despesas

Com o objetivo de se obter o fluxo de caixa operacional da Companhia, para efeitos do teste acima enunciado, projetaram-se também os custos e despesas da Companhia ao longo do tempo. Esse fluxo se divide em três principais: custos e despesas operacionais e administrativas, impostos e investimentos em manutenção da infraestrutura.

Os custos e despesas operacionais e administrativas partiram do atual padrão da Companhia, e sua projeção baseia-se, em grande parte, no aumento da demanda de passageiros e carga. Os impostos utilizados, diretos e indiretos, foram estimados de acordo com a legislação vigente aplicada à Companhia, considerando os créditos de impostos indiretos acumulados até 31 de dezembro de 2018 e os créditos a obter com a operação do Aeroporto ao longo dos anos que restam. Também se considerou um percentual de reinvestimento no fluxo de caixa, esse valor foi estimado apenas para manter a infraestrutura atual em nível operacional. Portanto, não se considerou necessidades de expansão futuras, pois, conforme já dito, a demanda ficou estável a partir do atingimento desses limites de capacidade.

## Concessionária do Aeroporto Internacional de Florianópolis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 10. Intangível--Continuação

#### Teste do valor recuperável--Continuação

##### *Valor presente e taxa de desconto*

A partir da formatação da estimativa de fluxo de caixa operacional, conforme premissas apresentadas acima, fez-se o desconto desse a valor presente através da utilização de uma taxa de desconto. A data-base utilizada foi de dezembro de 2018, uma vez que o teste de recuperabilidade foi elaborado sobre o ativo intangível de mesma data.

A taxa de desconto respeitou a consagrada metodologia do Custo Médio Ponderado de Capital (CMPC). Nessa metodologia, pondera-se o custo de capital próprio e o custo de capital de terceiros de acordo com a alavancagem da Companhia. Sobre o custo de capital de terceiros, utilizou-se as premissas obtidas a partir dos contratos atuais de financiamento firmados pela Companhia, além de projeções de longo prazo dos indexadores destas dívidas. Em relação ao custo de capital próprio, utilizou-se o modelo CAPM (Capital Asset Pricing Model), no qual parte-se de uma rentabilidade mínima, atrelada à rentabilidade dos títulos da dívida pública brasileira, e pondera-se um fator de risco de mercado, que leva em conta o risco geral do mercado brasileiro alavancado pelo nível de risco específico do negócio aeroportuário.

### 11. Contrato de concessão

#### a) Outorga a pagar

Decorrente do contrato de concessão firmado entre a Companhia e a ANAC, a Companhia reconheceu no passivo não circulante um montante de R\$ 65.259. A correspondente obrigação é atualizada mensalmente pelo IPCA e ajustada a valor presente, considerando uma taxa de desconto de 6,60% ao ano compatível com uma taxa de juros estimada para emissão de dívida com prazo semelhante a outorga.

Valor outorga 2017	162.496
Ajuste a valor presente 2017	(110.307)
Atualização monetária 2017	1.713
Reversão ajuste valor presente 2017	1.143
	<hr/>
	55.045
Atualização monetária 2018	<b>6.644</b>
Reversão ajuste valor presente 2018	<b>3.570</b>
	<hr/>
	<b>65.259</b>

## Concessionária do Aeroporto Internacional de Florianópolis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 11. Contrato de concessão--Continuação

a) Outorga a pagar--Continuação

A primeira Contribuição Fixa Anual terá seu respectivo pagamento devido após 72 (setenta e dois) meses da Data de Eficácia do Contrato, em agosto de 2023, sendo que as demais Contribuições Fixas Anuais terão seus respectivos pagamentos devidos a cada 12 (doze) meses subsequentes.

b) Repasses e taxas aeroportuárias

A Concessionária, através de obrigação contida no contrato de concessão, calcula sobre as tarifas de embarque internacional o valor de US\$ 18,00 (dezoito dólares dos Estados Unidos) cobrados do passageiro e repassado pelas companhias aéreas. Este valor é repassado diretamente ao Fundo Nacional de Aviação Civil – FNAC no dia 20 de cada mês.

Adicionalmente, também ocorre o repasse cobrado sobre voos internacionais, conforme peso e distância percorrida pela aeronave, neste caso repassado para o Departamento de Controle do Espaço Aéreo, a cada 10 dias.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Repasse e taxas aeroportuárias		
Adicional Fundo Nacional Aviação Civil – FNAC	226	-
Departamento de Controle do Espaço Aéreo – DECEA	9	-
Total de repasses e taxas aeroportuárias	<u>235</u>	<u>-</u>

c) Compromissos com poder concedente

A Concessionária se comprometeu a realizar Contribuição Variável Anual que corresponde ao montante anual em reais resultante da aplicação de alíquota de 5% (cinco por cento) sobre a totalidade da receita bruta da Concessionária e de suas eventuais subsidiárias integrais. Em 31 de dezembro de 2018, a contribuição variável foi calculada anualmente sobre a totalidade da receita operacional bruta da Companhia, deduzida a receita de construção, com o percentual de 5%, o valor provisionado em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 5.060, demonstrado na tabela abaixo:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita bruta tarifária (Nota 18)	80.149	-
Receita bruta não tarifária (Nota 18)	21.043	-
	<u>101.192</u>	<u>-</u>
Contribuição variável (5%)	5.060	-

## Concessionária do Aeroporto Internacional de Florianópolis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 12. Fornecedores

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fornecedores		
Obra	<b>3.558</b>	1.308
Operação	<b>5.048</b>	1.304
Caução em garantia	<b>31</b>	-
Provisões de contas a pagar	<b>1.249</b>	-
Total de fornecedores	<b>9.886</b>	2.612

As provisões de contas a pagar, no montante de R\$ 1.249 em 31 de dezembro de 2018, referem-se a serviços prestados durante o exercício de 2018, conforme contratos firmados com os respectivos fornecedores, dos quais os documentos fiscais suporte não foram fornecidos dentro do exercício.

### 13. Empréstimos e financiamentos

<u>Tipo</u>	<u>Encargos anuais</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Debêntures	CDI + 1%	<b>150.624</b>	-
		<b>150.624</b>	-

No dia 21 de maio de 2018, a Companhia emitiu o instrumento particular de escritura da primeira emissão de debêntures simples por intermédio do agente fiduciário Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. Esta escritura possui vencimento integral no exercício de 2019 e tem como garantia fiança corporativa do acionista da Companhia.

A Administração da Companhia efetuou a captação deste recurso para servir de empréstimo ponte para uma linha de financiamento de longo prazo negociada com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social, que foi formalizada em 17 de dezembro de 2018 e liquidará as debêntures dada a liberação dos recursos a favor da Companhia.

Os empréstimos e financiamentos não possuem cláusulas restritivas de vencimento antecipado atrelados a manutenção de indicadores econômicos financeiros (*covenants*).

## Concessionária do Aeroporto Internacional de Florianópolis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 14. Obrigações sociais e trabalhistas

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Obrigações sociais e trabalhistas		
Salários a recolher	789	686
Encargos a recolher	608	313
Participação nos lucros e resultados	2.482	629
Provisão de férias	1.899	283
Total de obrigações sociais e trabalhistas	<u>5.778</u>	<u>1.911</u>

### 15. Tributos a recolher

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Tributos a recolher		
IRRF a recolher	559	299
CIDE	245	-
CSRF a recolher	150	114
PIS e COFINS a recolher	509	12
INSS retido a recolher	284	33
ISS a recolher	1.117	25
Total de tributos a recolher	<u>2.864</u>	<u>483</u>

### 16. Partes relacionadas

A acionista Flughafen Zürich AG cedeu alguns profissionais da Suíça para realizarem trabalhos estratégicos voltados para a estruturação da Companhia, que contribuiu para a entrada efetiva da Floripa Airport na operação do aeroporto em 03 de janeiro de 2018. A Concessionária reconheceu em 31 de dezembro de 2017 um passivo *intercompany* no montante de R\$ 1.830 relacionado a estes custos, sendo este valor totalmente liquidado durante o exercício de 2018.

#### Remuneração da Administração

A remuneração relacionada às pessoas chaves da Administração em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 2.825 (R\$ 772 em 31 de dezembro de 2017).

## Concessionária do Aeroporto Internacional de Florianópolis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 17. Patrimônio líquido

#### Capital social

O capital social da Companhia, em 31 de dezembro de 2018, está representado por 305.000.000 (trezentos e cinco milhões) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Foram subscritos um montante de R\$ 305.000, tendo sido R\$ 304.289 integralizado dentro do prazo que determina o contrato de concessão. O valor remanescente (R\$ 711) será integralizado no prazo de 12 (doze) meses.

### 18. Receita operacional líquida

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita bruta tarifária	80.149	-
Receita bruta não tarifária	21.043	-
Receita de construção – OCPC 05	151.928	10.156
Impostos sobre vendas	(13.583)	-
Devoluções e cancelamentos	(68)	-
Total receita operacional líquida	<u>239.469</u>	<u>10.156</u>

A Companhia reconheceu receita e custo de construção conforme determinação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão (IFRIC 12), da Orientação OCPC 05 – Contratos de Concessão e do Pronunciamento Técnico CPC 17 – Contrato de Construção. As receitas são relativas à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços, sendo a margem de construção calculada em montante suficiente para cobrir a responsabilidade primária da Concessionária e os custos incorridos com o gerenciamento e acompanhamento das obras.

## Concessionária do Aeroporto Internacional de Florianópolis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 19. Custo e despesas por natureza e função

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelo CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis, apresenta a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Custo de construção	<b>(151.928)</b>	(10.156)
Salários, encargos e benefícios	<b>(24.870)</b>	(4.344)
Depreciação e amortização	<b>(5.637)</b>	(88)
Serviços de terceiros	<b>(25.096)</b>	(1.807)
Outorga variável (Nota 11)	<b>(5.060)</b>	-
Manutenção	<b>(3.474)</b>	-
Viagens	<b>(541)</b>	(791)
Outros gastos de operação	<b>(9.999)</b>	(2.759)
Total dos custos, despesas comerciais e administrativas	<b><u>(226.605)</u></b>	<u>(19.945)</u>
Custos dos serviços prestados	<b>(197.996)</b>	(10.156)
Despesas comerciais	<b>(1.065)</b>	(233)
Despesas administrativas e gerais	<b>(27.544)</b>	(9.556)
Total	<b><u>(226.605)</u></b>	<u>(19.945)</u>

### 20. Resultado financeiro líquido

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicação financeira	<b>7.981</b>	2.623
Descontos obtidos	<b>2</b>	-
Juros ativos	<b>26</b>	-
Outras receitas financeiras	<b>1</b>	5
Variação cambial ativa	<b>136</b>	-
Total receitas financeiras	<b><u>8.146</u></b>	<u>2.628</u>
Despesas financeiras		
Outras despesas financeiras	<b>(170)</b>	(4)
Atualização monetária da outorga – IPCA	<b>(6.644)</b>	(1.713)
Variação cambial passiva	<b>(381)</b>	-
Recomposição do ajuste a valor presente da outorga fixa	<b>(3.570)</b>	(1.143)
Impostos sobre operações financeiras	<b>(946)</b>	(835)
Total despesas financeiras	<b><u>(11.711)</u></b>	<u>(3.695)</u>
Resultado financeiro líquido	<b><u>(3.565)</u></b>	<u>(1.067)</u>

## Concessionária do Aeroporto Internacional de Florianópolis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 21. Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

A Companhia é parte de processos judiciais e administrativos, e de riscos fiscais. Provisões são constituídas para todos os potenciais riscos referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos internos e externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possui nenhum processo judicial de expectativa de perda provável, por isso não há provisão constituída.

Em 31 de dezembro de 2018, as ações judiciais diagnosticadas como possível de perda totalizaram R\$ 162 (em 31 de dezembro de 2017, não haviam ações judiciais com esse prognóstico de perda).

### 22. Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social diferidos:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Prejuízo fiscal e base negativa	1.002	2.359
Diferenças de taxa de depreciação	432	-
Ajuste valor presente	1.063	-
Diferenças temporárias	1.141	-
Total de impostos diferidos	<u>3.638</u>	<u>2.359</u>

Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social:

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

## Concessionária do Aeroporto Internacional de Florianópolis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 22. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

#### Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social:--Continuação

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	<b>9.379</b>	(10.856)
Alíquota nominal - lucro real	<b>34%</b>	34%
Tributos apurados pela alíquota vigente	<b>(3.189)</b>	3.691
Efeitos fiscais sobre as adições e exclusões permanentes:		
Multas indedutíveis	<b>(6)</b>	-
Brindes	<b>(20)</b>	-
Perdas	<b>(32)</b>	-
Tributos diferidos sobre diferenças temporárias não registrados	<b>890</b>	(890)
Tributos diferidos sobre ajuste a valor presente não registrados	<b>389</b>	(389)
Incentivos fiscais	<b>137</b>	-
Outros	<b>24</b>	(53)
Imposto de renda e contribuição social	<b>(1.807)</b>	2.359
Imposto de renda e contribuição social corrente	<b>(3.086)</b>	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	<b>1.279</b>	2.359

### 23. Cobertura de seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado as coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Os seguros foram adquiridos nas seguintes modalidades:

Responsabilidade civil – com a finalidade de proteger o patrimônio da Companhia contra riscos de danos corporais ou materiais causados a terceiros, que sejam de sua responsabilidade, desde que involuntários.

Garantia de execução contratual – assegura o cumprimento das obrigações descritas no contrato.

## Concessionária do Aeroporto Internacional de Florianópolis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 23. Cobertura de seguros--Continuação

Engenharia – objetivo de garantir ao construtor indenização dos prejuízos causado por acidentes durante a execução de obras civis, instalação e montagem de máquinas e equipamentos.

Risco Operacional – garante cobertura contra perdas e danos patrimoniais e lucros cessantes aos bens segurados.

Veículos – coberturas sobre os prejuízos causados por danos a veículos, a terceiros e pessoais.

<b>Tipos de seguros</b>	<b>Importância segurada (R\$ mil)</b>	<b>Prazo de vigência</b>
Responsabilidade Civil - Obra novo terminal	1.085.918,36	01/01/2018 a 01/01/2019
Responsabilidade Civil - Obra novo terminal	131.601,76	15/12/2017 a 15/03/2019
Responsabilidade Civil - Obra novo terminal	71.555,47	15/03/2019 a 02/10/2019
Garantia Execução Contratual - Obra novo terminal	412.406,26	14/03/2018 a 14/09/2019
Engenharia - Obra novo terminal	978.839,51	15/12/2017 a 15/03/2019
Engenharia - Obra novo terminal	80.735,00	15/03/2019 a 15/03/2020
Engenharia - Obra novo terminal	547.313,62	15/03/2020 a 02/10/2020
Veículos – Operacional	7.335,32	24/04/2018 a 24/04/2019
Veículos – Operacional	2.794,40	26/01/2018 a 26/01/2019
Veículos – Operacional	2.160,20	21/02/2018 a 21/02/2019
Responsabilidade Civil	92.744,43	16/03/2018 a 16/03/2019
Responsabilidade Civil	669.975,60	28/08/2018 a 28/08/2019
Responsabilidade Civil	87.656,98	13/11/2018 a 13/11/2019
Risco Operacional	50.554,07	28/08/2018 a 28/08/2019
Risco Operacional	5.497,45	01/08/2018 a 01/08/2019
Garantia de execução contratual	227.581,27	27/07/2018 a 27/07/2019
Garantia de execução contratual	13.713,48	31/08/2018 a 27/07/2019